



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
LEI Nº467/2022 – DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E
REGULAMENTA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE
BRANQUINHA/AL.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

***Apresentar original e cópia.**

01	<ul style="list-style-type: none">• Pedido/Ficha de inscrição individual (Preenchida no ato da inscrição)
02	<ul style="list-style-type: none">• Documento de identidade com foto;• CPF;• Título de leitor;• Comprovante de Residência em nome do candidato;• Carteira de Reservista (se do sexo masculino).
03	<p>Apresentar certidões negativas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Justiça Estadual (https://www2.tjal.jus.br/esaj/portal.do?servico=810100);• Justiça Federal (https://certidoes.trf5.jus.br/certidoes2022/);• Certidão Negativa de Improbidade Administrativa (Conselho Nacional de Justiça) (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);• Certidão Negativa do Tribunal de Contas da União (https://contas.tcu.gov.br/certidao/Web/Certidao/NadaConsta/home.faces);• Certidão Negativa de Crime Eleitoral (https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais).
04	<ul style="list-style-type: none">• Atestado/declaração de idoneidade moral (modelo anexo I); <p>* A comprovação da idoneidade moral, referente aos incisos deste artigo, no âmbito pessoal, familiar e profissional, poderá ser reconhecida pelas autoridades municipais.</p>
05	<ul style="list-style-type: none">• Certificado de Conclusão do Ensino Médio emitido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).
06	<ul style="list-style-type: none">• Declaração de atuação na área da infância e juventude de, no mínimo, 02 (dois) anos em instituições públicas ou privadas, relacionada à promoção, proteção, protagonismo, controle social e gestão política dos direitos da criança e adolescente. Assinada pelo dirigente máximo da instituição com a descrição do local, dias de trabalho e horário, em papel timbrado.
07	<ul style="list-style-type: none">• Declaração ou certificado de conclusão de curso de informática;
08	<ul style="list-style-type: none">• Declaração de disponibilidade para o exercício da função pública de conselheiro tutelar com dedicação exclusiva, sob pena das sanções legais (modelo anexo II);
09	<ul style="list-style-type: none">• Declaração de responsabilidade acerca das informações prestadas ou cláusula constante do termo de inscrição onde o candidato se responsabilize pelas informações prestadas no momento da inscrição.